



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1976/13	DATA: 14/11/2013	
LOCAL: Plenário 13 das Comissões	INÍCIO: 09h46min	TÉRMINO: 12h00min	PÁGINAS: 44

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

PETER PITSCH - Diretor de Políticas de Comunicações da Intel Corporation.
MARCELO FERREIRA - Diretor Substituto do Departamento de Serviços e de Universalização de Telecomunicações do Ministério das Comunicações.
MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA - Superintendente de Outorga e Recursos à Prestação da Agência Nacional de Telecomunicações — ANATEL.
NELSON BREVE DIAS - Diretor-Presidente da Empresa Brasil de Comunicação — EBC.
MÁRIO JÉFFERSON LEITE MELLO - Presidente da Frente Nacional pela Valorização das TVs do Campo Público —FRENAVATEC.

SUMÁRIO

Debate sobre o modelo do leilão da frequência de 700 mega-hertz e o impacto do uso dessa faixa para o País.

OBSERVAÇÕES

Houve exposição em inglês com tradução simultânea.
Houve exibição de imagens.
Há palavras ou expressões ininteligíveis.
Há falha na gravação.
Houve intervenção fora do microfone. Ininteligível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) -Bom dia a todos e a todas.

Declaro aberta a presente audiência pública para debater o modelo do leilão da frequência de 700 mega-hertz e o impacto do uso dessa faixa para o País. O evento é fruto do Requerimento nº 273, de 2013, de autoria dos Deputados Paulo Henrique Lustosa e Izalci, e tem o apoio da Frente Parlamentar de Ciência e Tecnologia, Pesquisa e Inovação.

Julgo dispensável a leitura dos nomes dos convidados, já amplamente divulgados pela Comissão: o Sr. Maximiliano Martinhão, Secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações, representante do Sr. Marcelo Ferreira, Diretor-Substituto do Departamento de Serviços de Universalização de Telecomunicações; e o Sr. Nelson Wortsman, Diretor de Infraestrutura e Convergência Digital da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação, BRASSCOM.

Vamos fazer a composição da Mesa. Convido para tomarem assento à mesa o Sr. Peter Pitsch, Diretor de Políticas de Comunicação da Intel (*palmas*); o Sr. Marcelo Ferreira, do Ministério das Comunicações (*palmas*); o Sr. Marconi Thomaz de Souza Maya, Superintendente de Outorga e Recursos à Prestação da ANATEL — Agência Nacional de Telecomunicações (*palmas*); o Sr. Nelson Breve Dias, Diretor-Presidente da EBC — Empresa Brasil de Comunicação (*palmas*); e o Sr. Mário Jéfferson Leite Mello, Presidente da FRENAVATEC — Frente Nacional pela Valorização das TVs do Campo Público. (*Palmas.*)

Quero informar a todos os presentes desta primeira apresentação do Sr. Peter Pitsch que há os aparelhos disponíveis à disposição. Então, a todos que quiserem utilizar, estão disponíveis.

E eu já convido para fazer uso da palavra e ficar à vontade aqui para fazer a sua apresentação o Sr. Peter Pitsch, pelo tempo regimental de 20 minutos.

O SR. PETER PITSCH (*Exposição em inglês. Tradução simultânea.*) - Obrigado. Quero dizer a V.Exa., Sr. Presidente, que é uma honra estar aqui para apresentar nossas visões para vocês nesse tópico muito importante.

Por conta do tempo, eu vou falar, então, da substância da minha apresentação, mas eu gostaria de salientar um fato sobre a corporação Intel.

(*Segue-se exibição de imagens.*)



Obviamente, há muitos fatos aqui que ressaltam o tamanho, o sucesso e o alcance geográfico da Intel, mas uma coisa que acho que é particularmente importante para se notar é esse sexto ponto, aqui, que ilustra a competência técnica da Intel, com mais de um quarto, ou melhor dizendo, 5 mil pessoas com PhD. Eu acho que isso é importante, porque uma das formas de se medir os sucessos mais importantes da Intel é a sua habilidade de continuar... E na Lei de Moore, a Intel, então, começou a desenvolver transístores em *chips*, e essa densidade acrescida já tem produzido redução de custos e aumento da velocidade. E, para salientar isso, um nanômetro é uma parte/bilhão de 1 metro. Então, nós fomos capazes, agora, de desenvolver transístores do tamanho de 22 nanômetros.

Então, um ponto para falar sobre isso é que, se você é um executivo na Intel, todo dia você acorda e se pergunta: *“Haverá uma demanda para esse tipo de melhoria nos seus microprocessadores?”* Portanto, o interesse da Intel é muito em ver a banda larga tornar-se mais acessível, com maior qualidade e mais ampla de alcance, simplesmente porque é muito complementária à Lei de Moore, à medida que os nossos microprocessadores vão se tornar mais e mais velozes.

Então, esse é o nosso interesse na banda larga. Obviamente, temos os mesmos interesses no conteúdo da banda larga, pela mesma razão, novamente: as pessoas vão estar mais atraídas a equipamentos de maior qualidade se a velocidade e o conteúdo também melhorarem.

Com esse contexto, eu quero passar imediatamente para o tópico do dia: a política de espectro. Eu quero salientar duas reformas, em particular, que eu acredito que podem trazer melhoria para o problema da escassez do espectro: primeiro, a flexibilidade; e, segundo, a velocidade. Isso vai beneficiar os consumidores e os empresários. Eu vou falar dos detalhes dessas melhorias e também aplicar para a questão dos 700 mega-hertz.

Eu quero falar um pouco da minha experiência da FCC — Federal Communications Commission. Eu estava na FCC de 1981 até 1989, época em que trabalhei para eles como Chefe de Políticas Públicas. Eu quero dizer então que, primeiro, reconheço que todo país é diferente, uma política em particular pode não funcionar num outro país ou noutro. Isso é uma ressalva.



A segunda ressalva que eu quero falar é que, quando eu estava na FCC, fizemos tudo errado. A gente ainda estava na era de comando e controle para o espectro comercial. Era muito politizado, muito político, muito atraente e muito complicado, e isso acabou bloqueando muitas tecnologias e seus usos. O interessante é que foi durante os anos do Presidente Reagan, nos Estados Unidos. Finalmente, no início dos anos 90, durante a administração Clinton, nós nos mudamos para uma abordagem muito mais flexível e baseada na tecnologia. O que quero dizer com isso é que os servidores poderiam pegar a tecnologia. Eles poderiam, na verdade, dizer como iam estruturar o seu serviço. Eles tinham muito mais liberdade para agregar canais e também fazer algumas revisões. Também tinham muita possibilidade, desde que eles não estivessem interferindo com os seus vizinhos geográficos ou de mesma frequência.

Vou agora aplicar isso especificamente. Como eu falei, quando eu estava na FCC, no início dos anos 80, fizemos tudo errado. E dizendo isso, eu quero falar que fazíamos um padrão analógico, tínhamos algumas licenças fragmentadas e não contínuas. Nós tínhamos 700 licenças para conseguir uma liberação nacional nos Estados Unidos. Nós tínhamos duas agências de licenciamento e tínhamos... *(Falha na gravação.)* Tudo isso era estimado por um grupo muito reputado de economistas que tinham colocado preço, que custou para a sociedade americana 20 bilhões dólares em atrasos na regulação. E como eu falei, durante a era Clinton, nós mudamos para uma abordagem muito mais flexível. Isso explica amplamente, na minha opinião, que o fato de que a receita para 1 minuto para ligações de celular é bem mais baixo do que no resto do mundo. E mesmo em outros países desenvolvidos, como Alemanha, França, Espanha, você pode ver que a receita por minuto é um quinto, ou menos. Os consumidores fazem um excelente negócio nos Estados Unidos.

O próximo elemento da flexibilidade que eu quero mencionar é a agregação. Não vou falar muito sobre isso, porque eu não acho que seja muito relevante para a situação no Brasil. Mas a questão aqui desta tabela, deste gráfico é que, se os provedores forem capazes de agregar os canais, o serviço poderá, então, se tornar lucrativo muitos anos mais cedo do que se eles forem relegados a uma banda muito menor, e eles poderão acabar não conseguindo levar seus lucros numa escala.



Agora eu gostaria de passar para a minha próxima categoria de reforma de políticas, que é o que eu gosto de chamar de “a necessidade por velocidade” ou “*need for speed*”. Nessa situação, eu vou considerar o processo de designações, quem são os licenciados que a gente selecionou e o impacto dos atrasos no processo de alocação — basicamente, o processo regulatório geral.

O primeiro que eu gostaria de rapidamente considerar é o processo de leilão. Há muitas razões para leilões, mas uma que eu quero salientar é o impacto na velocidade das designações. Então, comparando-se, por exemplo, com os Estados Unidos, durante esse período que nós estudamos, levou-se três vezes mais tempo do que com os leilões. Essa é uma quantia significativa em anos, uma diferença muito grande em anos. E a velocidade de se conseguir fazer essa designação... Felizmente no Brasil vocês reconheceram o benefício dos leilões e estão se movendo naquela direção.

Talvez a mais importante área que eu gostaria de abordar hoje é o custo dos atrasos regulatórios, porque muito pode estar escondido dos consumidores e operadores que usam o serviço. Uma das coisas para se reconhecer sobre o espectro é que é uma fonte inesgotável. Ela é muito mais como o vento. Então, se você tiver uma hélice de moinho e não construir por 3 anos, você não pode voltar e pegar o vento hoje. É a mesma coisa com o espectro: se você tem uma nova alocação, um novo propósito para o seu espectro que vai gerar benefícios à sociedade, mas você atrasa isso por 3 anos, você nunca mais vai poder voltar e obter aquele benefício que era atual no momento inicial.

Então, nós fazemos esse cálculo. Usa-se até para taxas de juros. Nós podemos debater qual taxa de juros deveríamos usar, mas basicamente nós tivemos que determinar que 25% do valor do novo uso do espectro para todo o tempo estarão perdidos num atraso de 3 anos. Se você reduzir os seus juros para 5%, ainda vai estar com mais ou menos 15% de perda. Então, atraso pode ser muito caro.

Agora, como isso se traduz em dólares e sentido para os negócios e para os consumidores? Novamente, a Intel fez dois estudos, um por um economista muito conhecido no mundo dos leilões, Coleman Bazelon. Basicamente, o que Coleman e outros economistas determinaram é que uma boa medida do benefício para os



consumidores, do ganho líquido para os consumidores é de 10 a 20 vezes a receita do leilão. Assim, se você tem uma banda de frequências e a está leiloando, e ela gerou, por exemplo, no caso dos 700 mega-hertz nos Estados Unidos, basicamente 20 bilhões de dólares, o benefício real para a sociedade, para os consumidores seria de mais ou menos 10 a 20 vezes esse valor. Então, os benefícios pelos preços mais baixos, pelos minutos adicionais, pelos novos serviços, acumuladamente seriam da ordem de 200 bilhões a 400 bilhões de dólares, nesse mesmo caso. De uma forma interessante também para a nossa audiência aqui hoje, a Intel também garante os serviços... Um antigo Presidente da ANATEL, Sr. Guerreiro, analisou o custo do atraso da banda de 3,5 GHz aqui no Brasil. Novamente o ganho do consumidor seria de 10 bilhões a 20 bilhões, se fosse, por exemplo, 1 bilhão. Então, se você pegar 25% disso aí, você está falando de 2,5 bilhões a 5 bilhões de dólares por um atraso de 3 anos, ao tornar esse espectro, esse novo benefício disponível.

Então, isso traz muitas consequências, porque os consumidores estão preparados para pagar um pouco mais pelo serviço. É basicamente este triângulo aqui. As pessoas que estão nesta curva de demanda estariam muito satisfeitas em pagar mais do que o preço de competição. Eles iam ter benefícios além do custo com que a sociedade está lidando. Mesmo assim, a eles não foi oferecida essa oportunidade.

Espero que reguladores e legisladores, como os senhores, considerem o impacto que esses atrasos podem ter na sociedade como um todo. Quando eu falo de consumidores, não estou falando só de residências; estou falando de pequenas empresas e grandes empresas. Todo o mundo usa essas comunicações para ser mais produtivo no mercado mundial.

Gostaria de falar do custo da distorção regulatória. Eu não vou falar muito disso por conta do tempo, mas novamente quero ressaltar que os custos ocultos de distorções regulatórias podem ser muito significativos. Quando preparei este eslaide, estava falando sobre conteúdo da regulação, mas francamente isso pode ser aplicado para qualquer tipo de distorção que aumente o custo do serviço para o consumidor final, porque o ponto fundamental aqui é que os consumidores variam em como eles valorizam o serviço. É por isso que a curva de demanda — este é o preço, no eixo vertical; este é a quantidade de demanda, no eixo horizontal. Alguns



consumidores colocam isto como muito alto; outros nem tanto. Então, se uma regulação aumenta o preço além do que seria o preço competitivo, sim, haveria muitos consumidores que continuariam a pagar por ele, mas haveria também muitos consumidores, bem aqui neste triângulo, que ficariam sem, teriam menos minutos para eles, teriam menos demandas por serviços. E aquele benefício que eles teriam recebido além do que o preço competitivo lhes teria custado seria uma perda por peso morto para a sociedade. Então, sim, alguns desses benefícios mais altos são pagos por alguém. Isso vai para algum lugar em qualquer sociedade, no caso, a sociedade brasileira. Mas a razão pela qual nós chamamos isso de perda por peso morto, na verdade, é o fato de que há uma perda para as pessoas do Brasil que supera os benefícios para os demais. Então, isso leva a uma tese muito importante que nós consideramos na decisão, no espectro e na análise dos 700 mega-hertz.

Agora estou finalizando, vou passar para os 700 mega-hertz. A questão deste eslaide é simplesmente dizer que os 700 mega-hertz são reconhecidos ao redor do mundo por serem incrivelmente valiosos para uso de banda sem fio. Nos Estados Unidos, obviamente, é muito avançado. Já falei para vocês que os leilões lá geraram quase 20 bilhões de dólares. O serviço é amplamente desenvolvido. Na verdade, vocês devem saber que nós estamos agressivamente passando agora para 600 mega-hertz, mas isso já está pronto para leilão em janeiro, em 2014, no Canadá. A Europa também está mudando agressivamente. Até mesmo na África eles também estão mudando agressivamente: eles estão forçando a decisão para aumentar o espectro, para que, então, possa estar disponível até 2015. Também vale a pena salientar que o Japão já licenciou seu espectro de 700 mega-hertz. Obviamente eles usam o mesmo padrão de alta definição do Brasil.

Então, permitam-me passar para as decisões dos 700 mega-hertz no Brasil. Basicamente elas estão indo em um caminho bom. Essa é a boa notícia. Eu não vou falar sobre todos estes detalhes aqui, mas basicamente nós temos um plano de banda que foi aprovado nas últimas semanas. Adotou-se, então, um plano de banda muito bom, na nossa perspectiva, muito flexível, que nós achamos que é uma boa ideia. Há muitos incentivos para melhorias e razoáveis limites do tamanho de operação, mas muitas decisões ainda precisam ser feitas, principalmente no processo de mecanismo de leilão.



Minha mensagem aqui é que é muito importante se manter na linha ou no curso correto. Os prazos são razoáveis, mas serão difíceis de alcançar, porque há muitas questões importantes. Se os benefícios dessas novas alocações serão de bilhões de reais, então o custo do atraso, o custo de não se cumprirem os prazos vai ser muito significativo.

Eu também respeitosamente pediria que vocês considerassem isso como vocês consideraram as questões de interferências, outros conteúdos e outras regulações, que vocês prestassem muito atenção no que isso pode fazer ao custo, porque, se os custos subirem, nós sabemos que a quantidade demandada vai cair, e eu afirmaria que os consumidores e empresários brasileiros estariam piores nesse caso.

Então, não preciso resumir muito aqui. Em geral nós achamos que as políticas flexíveis de velocidade são importantes, e são particularmente importantes no caso dos 700 mega-hertz. Eu terei grande prazer em receber quaisquer perguntas quando vocês acharem que for apropriado.

Muito obrigado a V.Exa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Agradeço ao Sr. Peter Pitsch e já passo a palavra imediatamente ao Sr. Marcelo Ferreira, para fazer a sua exposição pelo tempo regimental de 20 minutos.

O SR. MARCELO FERREIRA - Bom dia a todos. Gostaria de cumprimentar o Deputado Izalci e os demais presentes nos trabalhos da Comissão no dia de hoje.

Eu vou procurar ser bem breve na minha apresentação, uma vez que existem também outros expositores. Vou procurar focar em algumas mensagens que eu acho que são mais importantes aqui a respeito do leilão da faixa de 700 mega-hertz. Vou até passar alguns eslaides da minha apresentação mais rapidamente e focar em alguns pontos que acho que são os mais importantes, as mensagens mais importantes que eu gostaria de passar.

Primeiramente, quero destacar os benefícios da faixa de 700 mega-hertz para as telecomunicações.

(*Segue-se exibição de imagens.*)

Foi publicada ontem no *Diário Oficial* resolução da ANATEL sobre a faixa de banda larga móvel, que traz benefícios para a expansão e para a universalização



dos serviços de telecomunicações, uma vez que, nas áreas urbanas, essa faixa favorece a ampliação do serviço da banda larga móvel e de alta velocidade, de quarta geração, e, sobretudo, da cobertura *indoor*.

Além disso, ela beneficia também as áreas rurais, áreas remotas, por conta do alcance mais longo dessa faixa. Por ter melhores condições de propagação, permite também o atendimento dessas áreas.

É interessante destacar uma menor necessidade de investimento em termos, por exemplo, de instalação de torres quando comparada a outras faixas de frequência.

Então, eu destacaria esses benefícios do uso dessa faixa para a banda larga móvel de alta velocidade.

Cabe destacar que a faixa já está harmonizada também em âmbito regional e multirregional. Essa harmonização está sendo seguida, aqui no Brasil... Quer dizer, essa faixa já foi internacionalmente destinada para banda larga móvel, como bem colocou aqui o representante da Intel, e os benefícios da banda larga também já são conhecidos — há vários estudos mostrando o impacto da ampliação e do crescimento da banda larga sobre PIB, sobre crescimento econômico. Por exemplo, há um estudo do Banco Mundial que eu cito, que aponta que 10% de aumento da penetração da banda larga proporciona um aumento no PIB de até 1,3 pontos percentuais. Então, isso é só para ilustrar os benefícios e a importância dessa ampliação da banda larga.

O Ministério — e eu vou destacar isso aqui — publicou uma portaria, em fevereiro deste ano, dando algumas diretrizes de políticas públicas referentes à faixa de 700 mega-hertz, que é uma das coisas que eu vou comentar aqui na minha apresentação.

O *status*, hoje, em relação à faixa... Quer dizer, a portaria do Ministério foi publicada, já foi tomada uma decisão em relação à adoção da canalização da APT, que são esses 45+45 mega-hertz. O Conselho Diretor da ANATEL aprovou, em 31 de outubro, e foi publicada ontem, a resolução destinando o uso da faixa de 700 mega-hertz para banda larga móvel. Em andamento, há estudos sendo feitos pela ANATEL quanto à questão da interferência, que eu acho que é uma preocupação relevante. É importante ter todo o cuidado com essa questão da interferência, para



não prejudicar a radiodifusão. Então, sem dúvida, essa é uma preocupação e é importante. Está em andamento também o replanejamento da questão dos canais da TV digital, e os próximos passos são os procedimentos, a questão do edital e do avanço nesses estudos para possibilitar a publicação do edital para licitação da faixa.

Vou passar, aqui, um pouco mais rapidamente e destacar que, em relação ao leilão de espectro, no Brasil, mais recentemente, houve uma mudança em termos de paradigma. Até um tempo atrás, os leilões tinham como principal um objetivo arrecadatário, maximizar a receita do leilão. Mais recentemente, já há algum tempo, a ANATEL vem colocando, nos editais dos leilões de frequência, obrigações, como obrigações de cobertura, como nós temos no edital do 3G, no edital do 4G, que foi a licitação do ano passado. No edital do 4G e da faixa de 450 mega-hertz, existem obrigações de cobertura que mudam um pouco essa lógica arrecadatária do leilão. Na medida em que você coloca obrigações no edital, isso naturalmente reduz o valor que o Governo arrecada com aquele leilão de espectro, mas essa é a forma que o Governo vem encontrando — e que nós achamos importante e interessante — para assegurar a ampliação, sobretudo, da cobertura dos serviços móveis e da banda larga móvel. Isso é o que a gente chama *beauty contest auctions*, o chamado “concurso de beleza”, um nome que se dá para esse tipo de leilão.

Então, essa foi uma mudança de paradigma e, certamente, o leilão agora, da faixa de 700 mega-hertz, vai trazer obrigações relacionadas à questão de cobertura, e é um desafio, eu diria, a modelagem desse leilão, uma vez que existe uma série de questões que têm que ser balanceadas; é preciso encontrar um equilíbrio no que diz respeito à atratividade do leilão. Essa é uma faixa realmente de frequência muito atrativa para as operadoras, então é necessário combinar essa atratividade com obrigações de investimento no que diz respeito à cobertura. Tem que se balancear isso também com um eventual custo para as operadoras em relação a investimentos que sejam necessários, para evitar a interferência com serviços adjacentes como a radiodifusão. Então, tudo isso tem que ser balanceado na modelagem desse leilão, que é o trabalho que a ANATEL vai fazer até que haja a publicação do edital.

No âmbito do setor de telecomunicações, compete ao Ministério das Comunicações dar as diretrizes de política pública para o setor. Isso foi feito através



da Portaria nº 14, de 6 de fevereiro de 2013, na qual o Ministério estabeleceu diretrizes para aceleração do acesso ao Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre — SBTVD-T e para a ampliação da disponibilidade de espectro para os objetivos do Plano Nacional de Banda Larga — PNBL, com o uso faixa de 700 mega-hertz. Então, por intermédio dessa Portaria, o Ministério determinou à ANATEL que fizesse uma verificação quanto à viabilidade da atribuição dessa faixa de frequência de 698 mega-hertz a 806 mega-hertz para o atendimento dos objetivos do Plano Nacional de Banda Larga. O Ministério deu essa diretriz para a ANATEL, que começou esse trabalho. Um marco importante desse trabalho que vem sendo feito pela ANATEL foi a resolução publicada ontem, destinando a faixa para a banda larga móvel. E é importante também o fato de que nesta Portaria o Ministério procurou dar algumas diretrizes a serem seguidas pela ANATEL na preparação da modelagem do leilão.

Eu destacaria a importância de haver essa preocupação de avançar no uso dessa faixa para a banda larga móvel sem prejudicar a radiodifusão em termos de interferência, quer dizer, com todo o cuidado possível em relação a isso; o uso da faixa para acelerar a ampliação da cobertura de banda larga móvel de quarta geração em áreas urbanas, em regiões remotas, zonas de periferia urbana; um incentivo, algo que tem que ser buscado, à ampliação da infraestrutura de transporte de fibra ótica sobretudo nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Certamente, isso é uma diretriz a ser buscada no leilão da faixa de 700 mega-hertz, assim como o atendimento às necessidades de segurança pública, do setor de segurança pública. A questão da cobertura das rodovias também foi colocada como uma diretriz a ser trabalhada no edital desse leilão, assim como o atendimento dos grandes eventos internacionais, sobretudo os jogos olímpicos e paralímpicos, além da questão do fortalecimento do setor produtivo nacional com estímulos à questão de produção nacional de equipamentos, de conteúdo local.

Então, essas foram as diretrizes de políticas públicas que o Ministério, por intermédio da Portaria nº 14, colocou para que a ANATEL iniciasse esse trabalho de modelagem do leilão da faixa de 700 mega-hertz.

Era isso o que eu tinha a apresentar. Depois, eu fico à disposição para algum esclarecimento adicional.



Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Agradeço ao Sr. Marcelo.

Passo imediatamente a palavra ao Sr. Marconi Maya, para fazer também uso da palavra pelo tempo regimental de 20 minutos.

O SR. MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA - Muito obrigado, Deputado Izalci, em cujo nome cumprimento também toda a Mesa. Quero dizer da honra que a gente tem de poder estar participando deste debate sobre a utilização dessa faixa de 700 mega-hertz. A gente hoje tem um convidado, Mr. Peter, que vem nos dar informações de nível internacional, inclusive a visão da Intel. Seja bem-vindo ao Brasil e tenha uma boa estada!

Eu gostaria, então, de fazer a minha apresentação sobre o contexto em que a gente está, principalmente as preocupações do Mr. Peter Pitsch a respeito do caminho crítico para que saia o edital e como a ANATEL age nesse momento. Eu vou passar, rapidamente, por políticas públicas setoriais, que dão a base da atuação da ANATEL — eu acho que nunca vou cansar de trazer isso aqui, porque isso é fundamental para a gente entender como a ANATEL está inserida nesse processo —; as responsabilidades que a ANATEL tem e abraça, com certeza; as ações realizadas e em andamento a respeito da faixa de 700 mega-hertz; tudo o que está realizado e o que está em andamento; e as considerações finais.

(*Segue-se exibição de imagens.*)

As políticas públicas setoriais vão dar a base legal para a ação da ANATEL. Então, a gente tem o Decreto nº 5.820, que coloca o período de transição de 10 anos para devolução dos canais analógicos à União, ou seja, o Decreto é de 2006 e a previsão era 2016. Com o Decreto de julho de 2013, foi flexibilizado. Isso foi o que o Mr. Peter Pitsch colocou. Houve uma flexibilização. A gente não tem mais uma data pontual para o desligamento do analógico. Passou-se a ter 3 anos: de 1º de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2018.

Isso faz todo o sentido, até em função da sobrecarga que você coloca no parque produtivo nacional, tanto de transmissores quanto de receptores. Quando a coisa é feita num momento único, você acaba sobrecarregando a indústria. Esse também é um dos motivos de o Ministério ter alongado esse prazo do *switch-off*.



Nós falamos, primeiro, da digitalização da televisão, que está lá na faixa do UHF, e agora nós vamos falar do PNBL — Plano Nacional de Banda Larga, que, pelo Decreto nº 7.175, coloca algumas condições para o uso da banda de 700 mega-hertz. A gente vai ver por que a banda de 700 mega-hertz está envolvida nesse Decreto do PNBL. Então, *“Fica instituído o Programa Nacional de Banda Larga, com o objetivo de fomentar e difundir o uso e fornecimento de bens e serviços de tecnologia de informação e comunicação, de modo a”*... Aí há uma série de prerrogativas que o PNBL coloca. É uma política pública estabelecida pelo Ministério das Comunicações.

A interação dos dois, PNBL e SBTVD, é que vai determinar como a gente vai agir para a utilização dessa faixa de 700 mega-hertz por outro serviço que não o serviço de radiodifusão. E há lá esses objetivos que o Marcelo colocou muito bem: a aceleração do acesso ao SBTVD, a ampliação da disponibilidade de espectro de radiofrequência para o atendimento dos objetivos do PNBL. Então, essa Portaria nº 14 vem claramente para disciplinar isso aí.

E quais são as responsabilidades da ANATEL nessa história? Lei nº 9.472: *“... à União, por intermédio do órgão regulador e nos termos das políticas estabelecidas pelos Poderes Executivo e Legislativo”*... E eu fiz questão de grifar isso, porque a gente vai trabalhar. *“Compete à União, por intermédio do órgão regulador”* — mas sempre obedecendo a políticas estabelecidas pelos Poderes Executivo e Legislativo — *“, organizar a exploração do serviço de telecomunicações”*.

E, no art. 18: *“Compete à agência”* — que é o órgão regulador — *“administrar o espectro de radiofrequências e editar normas e extinção e direito de uso de radiofrequência e de órbita, fiscalizando e aplicando as sanções”*. Então, essas são as competências da ANATEL, competências legais, estabelecidas. Isso é que dá o norte para a ANATEL agir.

Ainda nas competências legais: o art. 158 diz que a agência manterá plano de atribuição, distribuição e destinação de faixa de radiofrequência, ou seja, é competência da administrar o espectro no Brasil. Então, não temos dúvida disso. Eu faço questão de trazer essa informação, até para que a disseminemos para toda a população, e esta Casa não é outra coisa a não ser a representação máxima da população brasileira.



E, aí, o plano destinará faixas de radiofrequência dos serviços de telecomunicações a serem prestados em regime público e regime privado, e também o serviço de radiodifusão. Ou seja, esse espectro, seja para a utilização dos serviços regulados pela LGT, e também o serviço de radiodifusão, que é regulado pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, a Lei nº 4.117, de 1962, todo esse espectro é administrado pela Agência Nacional de Telecomunicações.

O Decreto nº 7.175 estabelece as atribuições específicas do PNBL e toda aquela sequência de obrigações, condições e objetivos a serem atendidos, inclusive a gestão de radiofrequência, conforme o art. 6º, inciso V.

A Portaria nº 14, então, do Ministério das Comunicações, vai trazer a atribuição específica, e nada mais específico do que isso. A Portaria determina que a Agência Nacional de Telecomunicações inicie os procedimentos administrativos para verificar a viabilidade de atribuição, destinação e distribuição na faixa de 698 a 806 mega-hertz. Ou seja, a faixa de frequência está milimetricamente determinada para o atendimento dos objetivos do PNBL. Então, fecha-se o ciclo. Nós temos aí a conjugação das políticas públicas, que convergem na Portaria nº 14.

Ainda sobre a Portaria nº 14, temos algumas coisas que são mais específicas. Devemos observar a necessidade eventual de disponibilização de outra faixa de radiofrequência. Ou seja, para não dar solução de continuidade para a radiodifusão, que encontremos outra faixa de radiofrequência para eles funcionarem. É preciso que eles funcionem. Liberem aquela faixa, mas deixem os caras funcionando. Não pode haver solução de continuidade para a radiodifusão.

Outra coisa que observamos aqui também na Portaria 14 é a garantia da proteção. Não basta só encontrar a faixa. A faixa tem que ser encontrada, tem que estar viável e tem que ser uma faixa válida, boa, para prestar o serviço de radiodifusão. Então, não vamos prejudicar a prestação do serviço de radiodifusão com esse processo da implantação do LTE na faixa de 700. Esse é o comando que temos na Portaria 14.

Ainda sobre a Portaria 14, temos lá que devemos garantir a manutenção da cobertura atual da radiodifusão. Ou seja, além de estar limpa a radiofrequência do radiodifusor, ele tem que garantir, no mínimo, a cobertura atual, que hoje é praticada com o sistema analógico de televisão no Brasil.



Também devemos considerar a harmonização regional e internacional. Isso foi colocado aqui pelo Marcelo. Nós vamos dar uma olhada agora mesmo nessa questão da harmonização internacional, que tem três padrões em nível mundial recomendados pela UIT — União Internacional de Telecomunicações.

Em nossa região, Américas, a CITEEL recomenda que sejam prioritários dois padrões, e nós escolhemos um. Eu vou falar do arranjo. Então, aqui está o arranjo. Nós temos o arranjo da FCC, que é da origem do (*ininteligível*), temos o arranjo APT, que é o asiático, e o TDD, europeu. A UIT-R M.1036-4 recomenda esses três padrões.

Aqui na região das Américas, a CITEEL recomenda que adotemos ou a opção 1, que é o padrão da FCC, ou a opção 2, que é o padrão APT. E, na nossa decisão, nós optamos pelo arranjo APT, que é aquele que permite, possibilita que o Brasil tenha mais espectro disponível, útil, para a utilização para as telecomunicações, e não gaste tanto espectro com banda de guarda. Assim nós fizemos. Adotamos o que melhor aportava frequência para a utilização para as telecomunicações. E como é que está a regulamentação das condições de uso da faixa?

Em 31 de outubro de 2013, nessa reunião, o que o Marcelo colocou é que foi aprovado o regulamento sobre as condições de uso da faixa de radiofrequência de 698 a 686. É um marco importante? É um marco importante. O que vale lembrar que o Marcelo não colocou aqui é que a eficácia dessa destinação está condicionada a obedecermos ao art. 8º, quer dizer, a publicar o edital.

Então, está lá: “*A nova destinação da faixa para serviços de telecomunicações entrará em vigor com a publicação do edital de licitação da faixa, com exceção do art. 8º, que entra em vigor na data de publicação desta resolução*”. Ou seja, deixamos o art. 8º vigorar imediatamente, porque senão parava tudo — ele é que dá as condições, dá o norte para a construção do edital. Então, estão aí as condições do art. 8º, que já está vigendo. A publicação do edital significará que já teremos vencido todas aquelas etapas que o Mr. Pitsch colocou anteriormente.

Como está o replanejamento do PBDTV? Uma das coisas que a gente tem que fazer, uma das etapas é fazer o replanejamento. Então, o pareamento de canais secundários está sendo feito: são 4.580 canais. A gente já fechou todo o Sudeste, o Centro-Oeste, o Norte e o Nordeste, sendo que, da região Centro Oeste, Mato



Grosso e Mato Grosso do Sul, já fizemos um trabalho teórico que pretendemos colocar em consulta pública logo em seguida. Falta concluir a análise do Rio Grande do Sul que, nas próximas duas semanas, deve estar pronta. Ficam faltando as consultas públicas do Norte e Nordeste, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Minas Gerais e Santa Catarina, que não publicamos ainda, ficam para a próxima etapa que deverá ser feita este mês ainda.

Então, existe outro desafio: os canais públicos, que são do Poder Executivo, o Canal de Educação, o Canal Cultura, o Canal da Cidadania.

Quanto à regulamentação do Canal da Cidadania, que veio na Portaria nº 189 e na Portaria nº 489, de 18/12/2012, o Ministério das Comunicações o outorgará, ressalvada a situação de impossibilidade técnica. Em relação ao Canal da Cidadania, o comando é que se faça um Canal de Cidadania em cada Município brasileiro. Agora existe todo esse juízo, ressalvadas todas as situações de impossibilidade técnica. Mas é bom ressaltar que não vamos colocar canal onde não houver impossibilidade técnica.

Ainda sobre o replanejamento, fizemos a exclusão — se não me engano, essa consulta pública foi feita em março — de todos os canais vagos analógicos do plano para facilitar a vida do replanejamento. A definição da demanda a ser pareada relaciona-se a essas novas outorgas, como comentei há pouco, inclusive dos canais públicos. Os canais secundários são desafios para podermos concluir esse replanejamento.

Sobre a definição do *switch-off*, o decreto já está executado, já está definido qual é o *timing* do *switch-off*, falta só dizer quando e onde vai ser feita a migração em cada região do País.

Sobre a estimativa de quantos canais serão remanejados, quando terminarmos o replanejamento, vamos ter uma noção de quantos canais serão. E aí, Mr. Pitsch, vamos ter noção dos custos que serão inevitavelmente alocados para o edital. A notícia que o Marcelo está dando é de que, na realidade, o poder público estaria deixando de arrecadar alguma coisa para transferir para o processo de liberação de faixa, com todas aquelas condições tanto de liberação de encontrar canal, quanto de condições de convivência entre os dois serviços que estarão sendo aportados em função desse valor que será cobrado no edital. Essas obrigações



estarão lá, é claro, mas elas serão computadas como custo para a própria decisão do vencedor da licitação.

Sobre o status atual, nós já fizemos 14 reuniões. Dessas 14 reuniões, houve o resultado daquilo que eu já falei: fizemos o replanejamento de quase todas, está faltando só a reunião do Rio Grande do Sul e uma ou outra do Norte e Nordeste, para as quais fizemos um teórico, mas pode ser que ainda façamos alguma reunião com os radiodifusores.

Sobre a Consulta Pública nº 35, já publicamos a consulta pública de São Paulo e Campinas nas regiões mais complexas, em termos de espectro. Então, já terminamos a consulta pública. Foram 62 contribuições. Nós estamos concluindo a análise dessas contribuições para a publicação da consolidação daquilo que resultou dessa consulta pública de São Paulo e Campinas e publicamos mais dez consultas públicas que estão vigendo hoje. Por favor, quem tiver interesse, entre, faça suas contribuições, faça suas críticas. Então, está em plena vigência essa consulta pública até o dia 06 do mês de dezembro. Essas dez consultas públicas estarão abertas para contribuição da sociedade.

A ideia é que neste ano ainda a gente conclua todas as consultas públicas do Brasil, que a gente coloque, em consulta pública, todas as regiões: Norte e Nordeste, que estão faltando, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Santa Catarina. Minas Gerais e Santa Catarina já estão prontas para serem publicadas, faltam agora Norte e Nordeste, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul. São essas as regiões que estão faltando para submeter à consulta pública.

Sobre o impacto, temos a racionalização do uso do espectro de radiofrequências, a maior disponibilidade de espectros para atender aos objetivos do PNBL no curto prazo e o conhecimento dos custos de transição para o Estado e os agentes privados; ou seja, quando concluirmos esse processo, teremos inclusive definidos os custos para essa transição.

Como considerações finais, porque já estou no meu limite, o uso da faixa de radiofrequência, num processo licitatório, será iniciado após o estabelecimento das condições de convivência entre os serviços. Esse é outro ponto importante sobre o qual estamos trabalhando.



O início dos testes de campo deve acontecer agora em dezembro. A gente começa a fazer os testes de campo, de convivência entre o LTE e a radiodifusão. Depois desses testes, a gente tem mais testes de laboratório, mas a nossa previsão é concluir esses testes de laboratório e campo, que vão ser feitos em Santa Rita do Sapucaí, Deputado Izalci, em fevereiro. Então, a gente terá condições de trazer uma norma de boas práticas de engenharia para a convivência entre os serviços; ou seja, a gente vai procurar encontrar soluções de mitigação e de possíveis interferências e de convivência entre os serviços para também quantificar isto aqui: quanto custa fazer essa mitigação. Fevereiro é a perspectiva de conclusão de estudos de convivência entre serviços.

A conclusão do planejamento de radiodifusão está prevista para o primeiro trimestre de 2013: garantia de proteção contra sinais interferentes e manutenção da área de cobertura, como já havíamos falado.

Por fim, o uso da faixa. O processo licitatório poderá prever condicionantes, como já falamos, específicos para atendimento das demandas dos órgãos de segurança pública. Isso é uma coisa importante. Se olharmos o regulamento de destinação de faixa que entrará em vigor tão logo publicemos o edital, ele tem lá uma parte da faixa dedicada aos órgãos de segurança pública, à defesa nacional e ao setor de infraestrutura.

O edital deverá estabelecer critérios para definição de providências relativas aos custos decorrentes da redistribuição de canais, como também já falamos, e soluções para os problemas de interferência prejudicial. Esses seriam os custos que seriam aportados para o edital.

Era isso que eu tinha a falar. Agradeço mais uma vez a oportunidade.
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Passo imediatamente a palavra ao Sr. Nelson Breve Dias, também pelo tempo regimental.

Antes, gostaria de registrar a presença do Deputado Costa Ferreira.

O SR. NELSON BREVE DIAS - Deputado Izalci, Deputado Costa Ferreira, senhoras e senhores, companheiros de Mesa, eu ia fazer uma apresentação, mas acho que não vou fazê-la mais, porque, depois de todas as apresentações, eu estou me recordando da audiência pública que houve na ANATEL, em que eu disse que



me sentia como um ribeirinho quanto à desapropriação de uma hidrelétrica. Ou seja, vai alagar tudo: a propriedade daqueles pescadores ribeirinhos, daqueles pequenos agricultores à beira do rio, dos indígenas que estão por ali. Mas agora é um fato consumado, nós já estamos desapropriados. Então, eu já estou me sentindo como aqueles indígenas de Belo Monte e aqueles ribeirinhos lá de Altamira. Parte da população da cidade de Altamira está tendo que sair de determinada área, ou seja, está sendo desalojada. E a eles foi prometida tanta coisa... Mas a gente não sabe se as contrapartidas, como moradias e pontes, são efetivamente adequadas depois para a convivência de todos, no trânsito, no transporte, porque já é um fato consumado. Não apareceu nenhuma celebridade para protestar contra a desapropriação da faixa dos canais públicos de comunicação, com a decisão tomada pela ANATEL. Então, eu estou aqui só para lamentar.

Eu vi a exposição do Peter, e ele falou, todo o tempo, de consumidor. Nós gostaríamos que as políticas públicas pensassem nos cidadãos, porque se pensa muito no consumidor, em todos os países, mas, quando a gente pensa na cidadania, eu me preocupo com a quantidade de pessoas que vão deixar de ter acesso à comunicação pública, como tem lá, Peter, nos Estados Unidos, na PBS, onde eu estive recentemente, e na NPA, em cuja sede também estive. Aquilo é uma coisa fantástica, é um orgulho para o povo americano. Mas nós ficamos impossibilitados, porque, nos próximos anos, enquanto não terminar o prazo de transição do *switch off*, nós vamos ficar sem canal em Campinas, por exemplo; em São Paulo, vamos ficar só com um, que é o que temos hoje. Nós vamos ficar atrasados, anos e anos, na construção e no fortalecimento da comunicação pública no País.

Foi tomada uma decisão, e nós não podemos atravancar o progresso, não é isso? Então, estamos aqui, nesta audiência pública, na verdade para lamentar muito o fato de que as políticas públicas sempre pensam no cidadão, em um terço da população. Muita gente depende da televisão brasileira; muita gente vai depender da televisão por muito tempo. Embora a televisão pública seja, há décadas, em vários países, o esteio da educação infantil, o esteio da preservação cultural e o esteio da informação correta, plural, adequada e importante para a formação da cidadania, essa comunicação pública não foi pensada, mesmo que, com todas as ressalvas



feitas, esteja lá e seja preservada. Mas isso sempre fica para depois; primeiro vem o que dá dinheiro, o que faz os negócios funcionarem, o que movimenta a economia.

Eu estou aqui apenas para dizer, Deputado Izalci, que, nessa condição, resta para nós, que temos pouca parte nesse espectro... O espectro é imenso; há outras partes do espectro que poderiam ser destinadas para isso. Aliás, já foram para a faixa do 4G. Agora, eu não sei o que vão fazer com aquela outra faixa que também foi destinada, com um monte de torres. Há um monte de torres do 2G. Quer dizer, fazem investimentos, mas falta uma política nacional de comunicação que pense desde a infraestrutura até a exportação de conteúdos criativos. Isso revela o que o Peter disse em relação a atraso regulatório. Sabe qual é o nosso atraso regulatório, Peter? Cinquenta anos! A Lei de Radiodifusão no Brasil não foi modernizada. São 50 anos! E agora ela não vai ser modernizada. Apenas o espectro está sendo flexibilizado, adequado, mas a lei mesmo, que é preciso para definir o escopo da convivência de telecom, radiocom, não apenas na questão da repartição do espectro, mas também naquilo que é importante.

Outro dia tivemos uma boa conversa, no Ministério do Planejamento, com o setor de telecom, com a ANATEL, a academia — infelizmente não estava a ABERT, e faltou também a TELEBRAS —, porque eu acho que precisa haver uma concertação no País para fazer essa política, porque senão ela se dá aos socos, aos solavancos. A gente vem e adota um padrão japonês; depois querem mudar para a política americana de distribuição do espectro. Eu já não sei mais! Daqui a pouco muda de novo, porque a tecnologia está avançando tanto que daqui a pouco a gente vai querer migrar para alguma coisa que tenha mais a ver com o padrão europeu, porque lá avançou alguma coisa a mais, e a gente fica igual barata tonta.

Essa é a sensação que eu tenho. Nessa reunião eu mostrei um lago com um barco redondo, e todo mundo remando. Todos nós aqui estamos remando, só que nós não vamos sair do lugar, porque não tem nada apontado para uma política pública, uma estratégia nacional para posicionar o nosso País em relação às comunicações, em relação à tecnologia, ao nosso avanço tecnológico, às contrapartidas que exijam...

Nessa reunião, o setor de telecom disse: *“Nós não vamos pegar esse incentivo fiscal, porque é mais interessante para nós, em vez do incentivo fiscal,*



negociarmos os preços dos equipamentos que nós estamos importando". Ou seja, se estão negociando os preços dos equipamentos que estão importando, que vantagem nós estamos tendo em relação a toda abertura feita no setor de telecomunicação se não estamos fortalecendo a nossa indústria, o nosso posicionamento interno? Então, essa falta de visão estratégica me assusta, porque é sempre aos socos e sempre pela pressão do setor privado, do consumidor, não do cidadão, não da visão geopolítica, da visão geoestratégica. Isso me assusta.

Eu estou aqui apenas, Deputado Izalci, pedindo ao Parlamento brasileiro e também ao Ministério das Comunicações e à ANATEL que pensem, como forma de compensar esses anos todos em que nós vamos ter que ficar fora do espectro em centros importantes, que, para a economia dos recursos públicos, o setor de telecomunicações, como contrapartida desse leilão, deve construir o nosso operador nacional público de radiodifusão, que foi pensado anos atrás, quando adotado o nosso padrão digital. Esses quatro canais deveriam compor junto com canais legislativos, comunitários, cidadania... Tudo deveria ser feito numa única torre, numa única antena, às vezes com um único transmissor, como estamos fazendo aqui na Torre Digital de Brasília. Nós da comunicação pública mais cinco redes privadas de comunicação compramos uma única antena. Nós vamos compartilhar uma única antena. O gasto que nós economizamos por fazer uma única torre com uma única antena é fantástico para o País, só que o operador está parado. Não se toca no operador, penso eu, aguardando uma definição em relação à questão dos 700 mega-hertz. Por quê? Vai se falar do operador para colocar na frequência de 60, na sequencial? Não. Vamos esperar porque vamos ter que desapropriar a comunicação pública desse espectro mesmo! Vamos ver como faremos depois.

Agora, eu espero que o Ministério das Comunicações tenha sensibilidade, que a ANATEL tenha sensibilidade de colocar como contrapartida a universalização da comunicação pública no Brasil, do acesso à comunicação pública no Brasil, por intermédio da concessão, como contrapartida do leilão dos 700 mega-hertz. É o mínimo que se pode fazer para compensar o imenso prejuízo que a sociedade brasileira está tendo por não ter acesso à comunicação.

Nós mostramos aqui... Eu até não estou fazendo a apresentação porque eu apenas reforçava aquilo que nós dizíamos na audiência, antes da resolução da



ANATEL, quando ainda tentávamos sensibilizar para a importância de preservar mais canais públicos. Por quê? Nós fizemos um projeto piloto em João Pessoa pelo qual, em 1 mês, 2% das pessoas tiveram acesso à multiprogramação que fizemos, à interatividade que a tecnologia Ginga, do nosso modelo chamado nipo-brasileiro de tevê digital, permite, com interface entre Estado e sociedade.

Fizemos, inclusive, aqui com o GDF, Deputado Izalci, uma nova experiência também. As pessoas acessariam serviços públicos pela tevê digital, informações sobre empregos, sobre qualificação, sobre direitos. O resultado disso foi fantástico! Nós apresentamos aqui o vídeo, na audiência passada, das famílias — cem famílias do Cadastro Único, que estão no Programa Brasil sem Miséria e que tiveram, pela primeira vez, acesso à tevê digital. Essas pessoas não vão ter acesso, tá, gente? Se não houver uma política pública para fazer chegar a elas o *setup box*, a tevê digital, nem em 2019... Elas não têm dinheiro. Foi feito um estudo de impacto socioeconômico em que os economistas mostraram que milhões de lares brasileiros não vão ter dinheiro para ter acesso à televisão digital se for cumprido o cronograma aqui estabelecido.

E, já que a política é flexível, como disse lá o Peter, de repente já não é mais 2019. Quer dizer, a política flexível é uma política que vai aumentando a simetria de acesso às novas tecnologias, ao conhecimento. Por quê? Não é para todo mundo ao mesmo tempo. Primeiro, os ricos; depois, os mais ou menos; por último, os pobres. É sempre assim: os pobres por último. E nós queremos uma política que reduza essa simetria, que traga os pobres para dentro da tevê digital, com a interatividade, porque a interatividade dá a eles o acesso a informações e direitos, e com a comunicação pública, porque a comunicação pública é que mostra os direitos do cidadão, é ela que é voltada para o cidadão. Ela não é voltada nem para o eleitor nem para o consumidor, ela é voltada para a formação de cidadania.

Então, desculpem-me até a veemência, mas este é um momento em que debatemos muito, fomos vencidos. Achávamos que o espectro deveria ser mais preservado, até porque nós não sabemos, com o avanço tecnológico, o papel que a televisão digital ainda pode ter como instrumento democrático e de acesso às comunicações, às tecnologias.



Portanto, infelizmente, a gente tem que saber perder também. E agora vamos ver se sensibilizamos as autoridades brasileiras para que, entre as contrapartidas, o operador nacional público de radiodifusão seja colocado, e que haja o compromisso do setor de telecomunicações que venceu o leilão de implementar no Brasil no espaço mais curto possível. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Agradeço ao Sr. Nelson Breve a sua exposição, que traz aqui o contraponto. Isso é muito importante. Este é o objetivo da audiência pública, para que a gente possa aperfeiçoar e se precaver com relação ao edital.

Passo a palavra ao Sr. Mário Jefferson para fazer sua exposição pelo prazo regimental.

O SR. MÁRIO JÉFFERSON LEITE MELLO - Bom dia a todos e todas! Eu quero agradecer o convite, porque é bom saber que ainda temos espaço pelo menos para sermos ouvidos — atendidos, nunca, mas pelo menos para sermos ouvidos.

Eu fiquei preocupado. O Nelson foi breve até, falando em relação à EBC, sentindo-se como um ribeirinho quando é desalojado. E nós, tevês comunitárias, então, o que somos nesse processo? Indigentes? Sem-terra? É uma coisa muito doida. É bom sempre lembrar que nós já vimos esse filme antes, quando nós discutimos o Decreto 12.485. Foi muito bonito, as histórias foram perfeitas, foram lindas, e nós fomos traídos quando se colocou lá no Decreto, por força das tevês midiáticas, privadas, a obrigatoriedade de só carregar os sinais das tevês comunitárias se houvesse condição técnica. E aí é que está a pegadinha: condição técnica como? Como é que você vai exigir da sociedade que se organiza, que se cotiza para colocar um sinal, que ela tenha condição técnica? E aí as teles deitaram e rolaram e dão o sinal quando querem, se quiserem.

Eu vi o Marconi — nós temos tido um bom relacionamento, a FRENAVATEC tem sido muito bem atendida pela ANATEL, temos sido ouvidos —, que ele falou da questão dos *insights* que estão sendo feitos, dos testes que estão sendo feitos. Aí eu pergunto: mas esses *insights* têm sido feito com quem? Só com as sete ou vão ser feitos também com as tevês públicas? Porque, pelo que me consta, as tevês públicas ainda não fazem parte desses ensaios, não estão presentes e deveriam



estar. Preocupa-me muito o seguinte: as tevês no campo público estão sendo desalojadas. As tevês privadas também vão ser desalojadas? Não acredito.

Quando se criou o sistema nipo-brasileiro — eu me recordo bem, nós tivemos ativa participação nisso —, tivemos dois fóruns para discutir a questão. Em contrapartida, diziam que o Japão ia colocar no Brasil uma fábrica de semicondutor, porque o Brasil não domina a técnica de semicondutor. Cadê a fábrica? Cadê a tecnologia que ia ser repassada? Nós estamos aprendendo, engatinhando e achando que está tudo bem.

Eu vi o Nelson falar a respeito da questão de que se investiu na tecnologia 2G, 3G. É uma porcaria! A gente paga caro para ter uma Internet de banda larga caindo a todo instante. Ontem, em Taubaté, por exemplo, eu não conseguia conectar, porque a operadora vendeu tanta assinatura que não tinha braço para suportar. Isso se repete em todo o Brasil. E estou falando de Taubaté, que ainda tem uma tecnologia melhor. E lá para o lado de Mato Grosso do Sul, nas Regiões Norte e Nordeste? Deve ser pior ainda.

Então, o que está sendo preparado, o que está sendo colocado exatamente? Quando se fez o Decreto 5.820, ficou estabelecida a criação de quatro canais públicos, dentre eles o canal comunitário. Para cada comunidade seriam dois canais. E eu temo que essa retirada dos 700 mega-hertz em outra banda não vá suportar tantos canais, e nós vamos ficar de fora, como sempre ficamos.

Quando se instituiu a tevê a cabo no Brasil, nós brigamos para que a comunidade tivesse direito a voz e vez com o seu canal comunitário. Nós fomos colocados lá, em serviço de tevê a cabo, e não no serviço aberto. Nós fomos a tevê comunitária, que só pode falar para quem pode pagar. E quem precisa receber realmente a nossa participação, que é o ator privilegiado, que é o seu Zé, a dona Maria, o cabelereiro, e tal, não pode. Nós não podemos ter comercial, não podemos ter nada, porque nos foi colocada uma camisa de força para que não pudéssemos nos articular e crescer. Ledo engano! Nós somos teimosos, nós fazemos das tripas coração e estamos lá, cada vez mais, implementando mais canais.

Foi-nos garantido naquela época, como contrapartida a esse sinal digital nipo-brasileiro, que nós teríamos espaço, nós TVs públicas, na faixa de 700 mega-hertz, e nós acreditamos. Nós acreditamos! E, agora, como é que dá para acreditar, já que



está sendo passado para a tecnologia... E aqui está a pá de cal, que foi a Resolução 625, publicada ontem? Como é que dá para acreditar que o Governo não vai nos trair mais uma vez, que nós não vamos ficar de fora mais uma vez, como tantas vezes já ficamos?

Embora o Governo não o diga, um dos alicerces que surge no Governo é o seguinte: se não tem gente usando, pode lotear. Fazendo uma analogia com o mercado imobiliário, se o terreno está ocioso, pode liberar para a construção de prédios. Mas o Governo se esquece de que, embora o terreno ainda não tenha uma edificação porque o dono do terreno ainda não conseguiu verba para tal, o fato é que o terreno tem dono — foi-nos prometido, e nós queremos pegar o Governo pela palavra —, e assim não pode ser loteado como se a ninguém pertencesse.

A faixa de 700 mega-hertz pertence, repito e reitero, às tevês do campo público. Nós vamos ficar atrasados mais 50 anos se isso acontecer, porque já aconteceu — quando o Governo decide, já aconteceu.

O Canal da Cidadania, que deveria ser construído para essa faixa, fica nulo. Não vai ter como carregar esses canais de norte a sul, de leste a oeste. E nós temos o direito de usar a faixa dos 700 mega-hertz. É questão de direito. Quem não tem competência não se estabelece.

Então, qualquer discussão sobre o remanejamento de canais tem que garantir para a gente esse direito. E quem é que vai nos garantir mesmo o direito de que nós seremos carregados? Quem é que vai garantir esse direito? No mapeamento, tudo parece ser possível, mas, depois...

Se o Governo foi ocioso em garantir o interesse das empresas que pegam outorgas de graça, não as usam e ficam apenas segurando-as para valorizar o ativo, como ocorreu no caso da licença das TVAs, Serviço Especial de Televisão por Assinatura, na faixa de UHF, por que não garantir um direito legítimo, que foi concedido não de graça, mas como contrapartida durante a mobilização que nós fizemos em 2006?

E aí eu penso: por que o sistema que estão querendo implantar de 4G vai ser melhor? Que garantia a gente vai ter de que o consumidor não vai ser enganado mais uma vez? Porque hoje a gente paga uma banda de 10 mega e recebe 1 mega,



e o Governo diz que está tudo bem. É uma perda natural! Perda natural para o consumidor, porque a tele recebe da parte dela.

Eu vejo aí essa questão que o Nelson colocou muito bem... No mês passado, eu já tinha colocado também essa questão de operador de rede, e a gente já tem discutido essa questão há muito tempo. Uma das pessoas com quem nós discutimos isso, inclusive, foi com o André Barbosa, quando ele ainda estava na Casa Civil. Nós pedimos uma audiência com ele e fomos lá conversar bastante sobre essa questão da necessidade de operador de rede, para garantir que as tevês do campo público, principalmente aquelas que não têm condições, que são as tevês comunitárias, pudessem participar de um operador de rede de forma gratuita.

A gente vinha nessa discussão, e a coisa vinha prosperando. Estive com o Marconi em uma reunião. Chegamos a conversar alguma coisa de nosso interesse em relação a operador de rede. Citamos inclusive o exemplo em Cruzeiro, no interior do Estado de São Paulo. Quando eu fui Secretário de Comunicação Social lá, nós pegamos uma torre de 40 metros, doada pela ELETROPAULO, e alocamos vários canais de televisão: *Record*, *Bandeirantes*, *SBT*, *Manchete*. Isso, 22 anos passados. Nós já estávamos construindo um operador de rede lá em Cruzeiro, há 22 anos. Nós já estávamos, Nelson, compartilhando uma torre há 22 anos. E o custo, realmente, para as emissoras foi muito baixo. Elas entraram com o transmissor, com o cabeamento; nós, com a torre e com o pessoal, observando o andamento das transmissões.

Então, é possível, sim. Se o Governo não quiser jogar dinheiro pela latrina, que faça o operador de rede, que coloque no edital como contrapartida a necessidade da criação do operador único de rede e gratuito para as tevês do campo público. É necessário. É primordial.

E aí, Deputado, eu fico apreensivo e não consigo entender, por exemplo, como é que a Câmara dos Deputados começa a ter voo solo, fazendo o seu operador de rede solo? Como é que as Câmaras Municipais começam a ter voo solo, fazendo os seus operadores de rede? Por que não chamar as tevês universitárias? Por que não chamar as tevês comunitárias? Por que não unir? Por que não envolver o Governo nisto, exatamente para a criação desse operador de rede? Por que cada um tem que ver o seu próprio umbigo? Nós estamos falando de



dinheiro público. A Câmara dos Deputados tem dinheiro para bancar um operador de rede. As Câmaras Municipais têm dinheiro para bancar; as Assembleias Legislativas têm dinheiro para bancar. As tevês comunitárias, não! As tevês universitárias têm muita dificuldade, porque não é toda universidade que pode bancar projetos dessa envergadura.

Nós, lá atrás, realizamos um seminário internacional de TVs públicas, junto com a ABEPEC, junto com a ASTRAL, junto com a ABTU, e a gente já propunha a realização do terceiro fórum. Nós fizemos o primeiro fórum, o segundo fórum, e deixamos as rádios de fora. Esse novo terceiro fórum poderíamos realizar com as tevês comunitárias, com as tevês universitárias, legislativas e também com as rádios comunitárias, com as rádios educativas e culturais, por que não?

Nós não temos que concorrer com ninguém, nós temos que unir força, porque nós somos tevês do campo público. Nós não temos uma normatização, nós não temos uma regulação. Nós temos um código de telecomunicações antigo, do tempo da minha avó, da minha bisavó. Tem que reformular, a tecnologia avançou, não é questão de se fazer leilão para a faixa A, B, C e D. É todo o Código Tributário reformado. Nós temos que ter um marco regulatório. Enquanto nós não tivermos esse marco regulatório, nós vamos nadar contra a corrente, participando de audiências públicas, participando de seminários, participando, participando e participando.

Há solução, sim, para a questão dos 700 mega-hertz. Nós também já jogamos a toalha, sabemos o que o Governo quer, e não há retorno. Já foi a pá de cal em cima da gente. Será que vão desalojar o *Shoptime*, *Shop Tour*, aqueles canais todos que têm lá para poder dar espaço para as TVs públicas, ou o Governo vai precisar de dinheiro dessas tevês também? Eu acho que tem, sim, que ser rediscutido, tem que ser implementado, tem que se abrir mais para essa discussão.

Eu pensei que fosse vir aqui alguém da ANATEL, que do canal 60 a 69 todos nós teríamos garantido o carregamento, mas não temos, não temos nada garantido. O que a gente tem é um talvez, como foi no caso da Lei 12.485, em que a gente tinha certeza de que iria se dar bem em relação às tevês do campo público, e acabou quebrando a cara mais uma vez. E nós não queremos que isso aconteça. Olhem: “*Quem é mordido de cobra tem medo de linguça*”, diz-se lá na minha cidade.



A gente não quer ser mordido por linguíça, a gente está querendo acreditar no Governo, a gente está querendo dar mais um voto para o Governo, mas fica difícil diante de tanta desfaçatez.

Na audiência passada, eu citei ainda o caso do Pinheirinho, lá em São José dos Campos, que é a minha região, em que os moradores — 10 mil moradores, 1.890 famílias — tinham garantido o acesso e a posse de um terreno que era do especulador Naji Nahas. Estavam lá membros do Governo Federal, do Governo do Estado, garantindo que eles podiam ficar tranquilos. Fizeram um grande churrasco lá, soltaram fogos e tudo o mais, no sábado. No domingo, havia helicóptero jogando bomba nas casas, polícia de choque botando todo mundo para correr, sem deixar que tirassem sequer os documentos.

Nós fomos fazer um documentário com eles agora, 1 ano e meio depois, para ver como eles estão sobrevivendo, e ficamos sabendo de muitas coisas. Ocorreram duas mortes naquela desapropriação, uma por espancamento e outra por atropelamento. E o mais grave: uma família foi estuprada pela ROTA do seu Governo, do Geraldo Alckmin — e não sou eu que estou dizendo. E a mídia varre isso para debaixo do tapete, como se não tivesse acontecido nada. Esse povo foi traído e não teve voz, não teve vez. E é o que está acontecendo conosco.

Nós estamos cansados de participar de audiências públicas, cansados de participar de seminários, cansados da... Aliás, é até bom que se diga: nós colocamos, durante a participação da Lei 12.485, a nossa apreensão em relação à questão da qualidade técnica no carregamento. Será que nós não vamos ter problema? A nossa preocupação foi usada contra a gente depois na regulamentação da lei, e aí nós ficamos de fora. Ficamos de fora em muita coisa, depois nós corremos atrás da ANCINE, porque na regulamentação a gente não sabia mais se a gente deveria obediência à ANATEL ou à ANCINE. A gente queria saber quem era o gato para colocarmos o guizo. Depois, ficamos sabendo que era a ANCINE. Daí fomos para cima da ANCINE, conversamos com o Manoel Rangel e conseguimos modificar um artigo que possibilita às tevês do campo público receber mídias institucionais, tanto privadas quanto públicas, porque nem isso a gente podia receber. Viveríamos do que, de oxigênio, cortando? Não tinha jeito. Nós nos articulamos e conseguimos essa modificação com a Instrução Normativa nº 100.



Então, a gente já está vendo um repeteco, e a gente não quer que esse repeteco continue.

A FRENTECOM, da qual nós fazemos parte, tem feito um trabalho belíssimo. A Deputada Luiza Erundina, que tem comandado a FRENTECOM, tem conseguido atender as demandas. Nós já discutimos lá dentro a questão do operador de rede. Vínhamos discutindo isso. De repente, parece que surgiu outra frente de Deputados para tratar das tevês comunitárias. Eu fico sem entender para que isso. A gente tem que centrar. Se existe a FRENTECOM, existem Deputados que já estão inteirados, já estão trabalhando, por que não? Por que não organizar o terceiro fórum com as tevês do campo para e (*falha na gravação*) também do campo público.

Agradeço vocês pela paciência. Eu teria muito mais a dizer, mas não quero parecer incômodo de jeito nenhum. Fico à disposição e agradeço por pelo menos a gente ainda — ainda — poder ser ouvido.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Agradeço ao Sr. Mário Jéfferson pela exposição. Nós entraremos agora no debate.

Eu só quero primeiro concordar com o Nelson, no sentido de que o País, não só na área de telecomunicações, mas praticamente em todas as áreas, demanda realmente um planejamento estratégico de médio e longo prazo. Nós estamos em várias áreas com ações pontuais, sem integração, sem uma organização. Como foi dito aqui, parece que são vários governos diferentes, nessa área inclusive. O Brasil precisa de um planejamento de longo prazo em todas essas áreas, e na comunicação a gente percebe claramente isso.

Ontem mesmo fizemos aqui uma audiência pública sobre as mídias alternativas, dando possibilidade às tevês comunitárias de sobreviverem com um pouco mais de recursos. O debate aconteceu. Nós ontem suspendemos a votação do Marco Regulatório da Internet, porque nesta Casa ainda temos algumas pendências. Acredito que na semana que vem a gente vai poder votá-lo. Eu acho que teria que haver uma discussão global, não só pontual como está acontecendo. Acho que essa colocação do Nelson foi muito importante.

Eu quero falar algo, em rápidas palavras, até porque tanto o Nelson quanto o Mário fizeram uma defesa muito forte da comunicação pública. É verdade que hoje



grande parte da população recebe realmente as informações e que, para formação através da TV pública, não existe acesso muitas vezes a outras programações na área de educação e de entretenimento.

Eu quero deixar essa questão para os representantes da ANATEL e do Ministério, para ver de que forma será essa garantia. Eu sei que ela é um pré-requisito inclusive para se lançar o edital, mas talvez haja insegurança, em função de outros momentos; talvez eles estejam inseguros, com medo de não acontecer exatamente o que está previsto. Pelo menos eu entendi que só vai acontecer o edital depois que se resolverem todas essas questões de garantia, para as tevês terem o funcionamento normal, sem nenhum prejuízo, mas vamos ouvir a ANATEL.

Eu gostaria de fazer uma pergunta também ao Sr. Peter Pitsch, que na sua fala disse que a coisa está caminhando da forma correta, pelo menos dentro do padrão que aconteceu nos Estados Unidos, na Europa, mas que há muita coisa, muitos detalhes ainda para serem resolvidos. Eu gostaria de saber, em cima da fala que foi feita aqui pelos nossos representantes da ANATEL e do Ministério, se eles têm alguma observação de algum ponto importante de ações que nós temos que tomar para que não tenhamos o risco de errar coisas que nós já sabemos, porque já aconteceram em outros países, principalmente nos Estados Unidos, se eles têm alguma observação que devemos obedecer no edital.

Deixo as colocações do Nelson e do Mário para que também os representantes da ANATEL e do Ministério possam dar essa garantia.

Eu quero dizer, Mário, que eu sei do número de frentes que temos nesta Casa e também do número de audiências públicas que temos feito, mas é o único instrumento que nós temos para debater e para levar para as nossas bancadas essas preocupações.

Como integrante da Comissão de Ciência e Tecnologia e Presidente da Frente, coloco-me à disposição exatamente para que a gente possa lutar. A Frente é para isto, para que a gente possa lutar para preservar realmente a cidadania. Eu achei essa colocação Nelson muito importante. Nós não podemos pensar apenas no consumidor, temos que pensar também no cidadão, principalmente naquele que está lá.



Nesse final de semana, eu estive em Manaus. Você falou de Taubaté, mas lá em Manaus é muito difícil ter uma comunicação. Toda hora a Internet cai ou não tem serviço, e você não consegue fazer a comunicação. Realmente, nós temos que ter essa preocupação com o cidadão. Mais à frente, nós vamos acompanhar isso passo a passo, para que possamos fazer a defesa da cidadania.

Eu considero essa mudança importante, porque é o único instrumento que nós temos para levar educação para todas as áreas. Hoje a educação vai precisar dessa ferramenta importante, que é a banda larga, e nós não podemos ter essa banda larga com má qualidade. Essa é a grande esperança que temos para levar educação, assim como a TV pública e a TV comunitária, que têm feito um papel importante nos Municípios.

Fico preocupado com a colocação que foi feita pelo Mário no sentido de se colocar em todos os Municípios, desde que não haja impedimento técnico. Quanto a esse impedimento técnico, você tem razão. Temos que deixar muito claro o que é isso. Nós não podemos correr o risco de deixar essa responsabilidade técnica para o Prefeito, que hoje mal consegue fazer o básico, que é educação, segurança e saúde.

Eu quero devolver a palavra na mesma ordem, para que a gente possa ter as respostas. Eu vou conceder a palavra para uma ou duas pessoas que queiram fazer alguma colocação, já que hoje não temos Deputados aqui. Se alguém quiser falar, identifique-se pelo nome e poderá fazer alguma pergunta, para que a gente possa passar para os expositores fazerem as suas considerações finais e responderem as questões que forem levantadas aqui. *(Pausa.)* Ninguém?

Então, eu vou novamente passar a palavra ao Sr. Peter, para que ele possa não só fazer as suas considerações, mas também responder a alguma coisa que foi colocada aqui na Mesa.

O SR. PETER PITSCH *(Exposição em inglês. Tradução simultânea)* - Obrigado, Excelência. Esse foi um painel muito informativo, uma defesa muito apaixonada da posição de cada um, e eu, certamente, aprendi muito nesse processo.

Agradeço e respeito todas as perspectivas que foram trazidas. A primeira coisa que eu quero dizer é que eu não sou um especialista da situação no Brasil.



Então, sou relutante em aprofundar muito nos detalhes de planos de banda larga e daí por diante. Eu diria que acredito que o Sr. Breve e o Jefferson estão certos, porque nós temos que considerar todos os critérios relevantes de cidadania e daí por diante.

Eu, respeitosamente, digo que, se nós fizermos esse tipo de análise, vamos ver que os benefícios de uma melhor banda larga, mais ampla e mais barata, será para o cidadão também. Talvez o Governo precise trabalhar para trazer serviços universais de banda larga ou para as áreas pobres. Eu congratulo a ANATEL por fazer o processo de leilão para impor obrigações de cobertura. Isso pode ser uma forma muito sensível. Aliás, essa é uma abordagem que ocorre na Alemanha, e vocês provavelmente sabem disso.

Mais de 50 países têm esses planos de serviços universais, e quero tocar, rapidamente, em dois pontos a esse respeito. Um é que, milagres, na verdade, nas telecomunicações ocorreram nos últimos dez anos. O rápido, a meta da penetração de celulares na América Latina e na África Subsaariana. Por conta da tecnologia, por conta das regulações, outros reguladores criaram então um sistema de celulares. Criamos, então, a taxa de penetração, vinda de 20 pontos para 50, 60, 70 pontos percentuais, na maioria desses países. Isso é uma coisa maravilhosa, que trouxe enormes benefícios; acho que todos nós reconhecemos isso.

V.Exa. me perguntou a respeito da questão da ANATEL. Eu acho que o Sr. Marconi fez um excelente trabalho e discriminou todos eles. Eu queria, então, identificar quais, na verdade, são os canais digitais. Se nós não fizermos isso, as pessoas não sabem o que, na verdade, elas colocarão em suas propostas, segundo os parâmetros de interferência. Eu diria que, novamente, pessoas razoáveis podem discordar dessas questões da frequência. Mas acho que elas são gerenciáveis, negociáveis. Acho que, se trabalharmos juntos, maior será o espectro a ser trazido à banda larga. E novamente eu diria que esses benefícios para a sociedade como um todo podem ser maiores.

E eu também hoje diria ao Parlamentar, aos Deputados e aos colegas que há duas questões: o custo do serviço será mais alto ou o contribuinte vai perder, porque não existe almoço grátis, obviamente.



Então, finalmente, eu perguntaria ou pediria aos reguladores para considerar algumas outras regulações que podem ter efeito no custo. Não posso evitar de trazer a questão do conteúdo da banda, porque acho que começamos a ver isso a 2,5 mega-hertz, já está acontecendo. Se há muitas restrições de conteúdo, então, quanto aos custos, à disponibilidade, vão ter desvantagens os consumidores brasileiros e a sociedade.

Então, já falei demais sobre minha tese e devolvo a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Eu agradeço e quero registrar a presença dos nossos convidados: a Gorete, aqui da Câmara; o Zacarias, da ANPROTEC — Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores; o Nilson, da EBC — Empresa Brasil de Comunicação; a Paula Resende, da BURSON; a Karina, da Pátria; o Geovane e a Dagmar, da ANATEL; a Daniele, do Ministério das Comunicações; a Danuza, da ECO; o Luiz Osvaldo, da Convergência; a Elen, da Teletime; o Luís Araújo, do Umbelino Lôbo; a Lara, da Agência Câmara de Notícias; o André e o Ricardo, da EBC; o Gilberto, da ABEPEC — Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais; a Gisele, da Imagem Corporativa; a Maria Elisa; o Emílio, da Intel; o Giuseppe, da Cisco; o Francisco e o Weber, do Ministério do Exército.

Passo a palavra ao Sr. Marcelo Ferreira, do Ministério das Comunicações, para suas considerações finais.

O SR. MARCELO FERREIRA - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer basicamente duas colocações. A primeira diz respeito a algumas preocupações que foram aqui levantadas quanto a esse processo de remanejamento dos canais para as outras faixas. Essas preocupações foram colocadas aqui pelo Dr. Nelson Breve e também pelo Dr. Jéfferson.

Essa é uma questão que está na esfera de competência de outra Secretaria lá do Ministério: a Secretaria de Comunicação Eletrônica. Se houver algum questionamento específico ou alguma questão específica sobre a qual a Comissão deseje ter informações, eu me comprometo a levar esse questionamento à Secretaria de Comunicação Eletrônica e a sanar qualquer tipo de dúvida, qualquer tipo de preocupação mais específica a essa questão, uma vez que é a secretaria a



responsável por acompanhar todo esse processo de transição do sistema analógico para o digital. Então eu posso levar esse questionamento internamente.

Ainda em relação a isso, o que eu poderia aqui é reafirmar, como consta da Portaria nº 14 do Ministério das Comunicações, a preocupação com o art. 2º, § 1º, que dá algumas diretrizes para a ANATEL, como também já foi colocado aqui pelo Dr. Marconi, reforçar essa preocupação com a radiodifusão presente aqui nesses incisos, quando diz:

“I – observar a necessidade de eventual disponibilização em outra faixa de radiofrequência adequada aos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão (...)

II – garantir a proteção do serviço de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão contra eventuais interferências geradas pelo uso da Faixa (...)

III – garantir a manutenção da cobertura atual dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão existentes, conforme Planos Básicos de Distribuição de Canais de Televisão Digital, de Distribuição de Canais de Televisão em VHF e UHF, e de Distribuição de Canais de Retransmissão de Televisão em VHF e UHF”.

Então, acho que a portaria dá claramente essas diretrizes, estabelece eventuais questões específicas, preocupações que foram aqui levantadas; e eu posso levá-las, se for do interesse desta Comissão, ao Ministério e depois prestar os devidos esclarecimentos.

Um segundo comentário que eu queria fazer é a respeito do debate que foi travado aqui sobre a destinação do uso da faixa, uma faixa hoje utilizada pela radiodifusão, e a tendência é passar agora a ter essa utilização para a banda larga móvel, eu só gostaria de destacar o seguinte: naturalmente, são visões diferentes. A gente respeita as visões, as posições divergentes que aqui foram apresentadas e até muito bem defendidas, mas eu gostaria de destacar que esse processo é um processo mundial. Não está acontecendo só no Brasil a mudança na destinação



dessa faixa de 700 mega-hertz. Esse aumento da demanda pela banda larga móvel é algo mundial. Aliás, o Brasil está, em relação a outros países, eu diria atrasado nesse processo.

Então, eu gostaria de colocar isso só para não parecer que é algo que está sendo feito só aqui no Brasil. Não, é algo que o mundo inteiro está fazendo, a Europa já avançou muito, os Estados Unidos, quer dizer, não é nada fora dos padrões do que a gente está observando em todo o mundo.

Eu destacaria também, como eu falei rapidamente aqui na minha apresentação, que são visões naturalmente diferentes que a gente respeita, mas existe hoje uma série de estudos que aponta justamente o impacto da banda larga e da universalização da banda larga para o desenvolvimento econômico, para a redução de disparidades regionais e sociais. Bastaria a gente imaginar aqui o que significa para uma criança, de uma região interiorana do País, poder, a partir de um determinado momento, acessar a banda larga de alta velocidade para fazer uma pesquisa para um trabalho da escola.

Eu não preciso nem avançar em outros exemplos. Bastaria isso para a gente reforçar aqui o impacto e a importância, como ferramenta de acesso à informação da Internet, para a gente ver porque não é o Brasil, não é o Brasil, porque o mundo todo está avançando nesse processo de mudança da destinação dessa faixa para a banda larga móvel.

Isso não quer dizer, de maneira alguma, que será uma coisa em detrimento da outra; não é isso. Acho que a ideia aqui é fazer o processo com todas as garantias, reconhecendo a importância fundamental do setor de radiodifusão, das TVs públicas.

Simplesmente é uma questão de um melhor uso de um recurso que é o espectro, um bem público valioso. Já que aquilo é um bem público, um bem que pertence à sociedade brasileira, é uma questão de ver qual é o uso que terá maior impacto para a sociedade brasileira naquela faixa de espectro.

Acho que essa é a questão que se coloca aqui, e a decisão do Governo brasileiro hoje, uma decisão política na verdade, alinhada — ressalto mais uma vez — ao que o mundo inteiro vem fazendo, é destinar essa faixa do espectro para a banda larga móvel.



Gostaria só de ressaltar isso aqui, naturalmente respeitando as posições divergentes que foram colocadas aqui na Mesa.

Agradeço, mais uma vez, a oportunidade de participar do debate nesta audiência pública.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Muito bem.

Antes de passar a palavra ao Marconi, quero só perguntar a ele se existe a previsão, neste edital, como foi dito aqui, de garantir alguma contrapartida com relação a essa questão do operador único. Já existe, por parte da ANATEL, um estudo para colocar, no edital, alguma contrapartida relacionada a essa questão que foi feita aqui?

Eu senti na fala do Nelson que a questão é garantir realmente que só se dê início a esse edital depois de garantidas, no mínimo, as condições atuais, mas de preferência, melhor ainda, com relação à TV. Porque, de fato, os problemas que impediam a votação do marco regulatório ontem são exatamente alguns pontos.

Por exemplo, uma das questões é que, na neutralidade, as exceções, a dúvida é se seria por decreto, se seria competência do Executivo ou da ANATEL. É uma questão em que temos dúvida, porque o Governo tem legislado muito em cima de portaria, e portaria você faz hoje e muda amanhã. Não existe o debate, como há aqui na Câmara quando se trata de lei; é um pouco diferente.

O SR. MARCELO FERREIRA - Se me permite, Deputado, a garantia dos canais públicos nesse espectro que hoje está limpo é feita por uma portaria do Ministério das Comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Pois é.

Então, talvez tenhamos que reforçar um pouco mais para dar essa tranquilidade, porque, como foi dito aqui pelo Mário, não é a primeira vez. A preocupação tem sentido, porque, já por outras vezes, o Governo não correspondeu e não deu a garantia que foi prometida, não cumpriu aquilo que foi colocado.

Passo a palavra ao Marconi, da ANATEL, para responder às perguntas e fazer suas considerações finais.

O SR. MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA - Muito obrigado, Deputado.



Eu me percebo aqui no meio de uma discussão que acho que seria uma discussão mais bem colocada em outro ambiente: é a questão da televisão do campo público.

Como tratamos a televisão do campo público? Desalojados, nós estamos movimentando o espectro e dando as garantias para todos que têm canal primário, sejam eles geradoras ou retransmissoras. E o Ministério foi além. Inclusive as secundárias, que não têm direito à proteção e não podem interferir, estão ganhando um lugar ao sol.

Ou seja: toda a radiodifusão está sendo preservada. Agora, para você movimentar algo tão portentoso quanto isso, que é liberar dos 698 mega-hertz aos 806 mega-hertz, movimentando toda a radiodifusão que ali ocupou, é pressuposto que movimente muitos interesses. E aí nós estamos, sim, movimentando todos, não só a televisão do campo público não.

E aí me permito discordar, Nelson e Mário Jéfferson, de desapropriação, de sem-terra. Nós estamos falando de uma TV comunitária, que efetivamente ainda não é uma televisão aberta. Ela é uma operação, é uma programadora de um canal da televisão fechada, da TV a cabo. Ela é originária da Lei do Cabo; era um canal obrigatório da Lei do Cabo. E agora, de novo, o poder público coloca a mão, dá a mão à TV comunitária e cria o Canal da Cidadania. E esse Canal da Cidadania, que é um dos quatro que apresentei lá, só por inviabilidade técnica, não será colocado em cada um dos Municípios. E a viabilidade técnica, Deputado Izalci, não é da Prefeitura, não é de ninguém outro que não do administrador do espectro, que vai dizer qual é a inviabilidade técnica que impede a criação do Canal da Cidadania. Então, todos os canais primários, todos, sem exceção, têm um par digital. Foram encontrados pares digitais, Sr. Pitsch. A gente já identificou isso. O que a gente está fazendo agora é o seguinte: quem estiver na faixa de 700 mega sai e vem para a faixa abaixo dos 700 mega, ainda no UHF. É isso que a gente está fazendo.

Outra coisa importante, que foi colocada para a televisão do campo público, é o único setor que pode fazer multiprogramação. É outra mão dada pelo poder público para ajudar a TV do campo público. Então, só eles podem fazer multiprogramação. Ou seja, numa mesma faixa de 6 mega-hertz, colocar quantos canais couberem: quatro canais, usando a compressão; pegue dois e consegue-se



colocar quatro canais facilmente na faixa de 6 mega-hertz. Então eu posso multiplicar esse espectro. Inclusive, neste momento de transição em que o Nelson está tão preocupado em ficar um tempo sem o espectro, por que não estressar essa possibilidade que inclusive a tecnologia permite, tem essa facilidade de fazer multiprogramação? Foi um dos motivos que nos levou a escolher esse padrão japonês, ou seja, a possibilidade de fazer multiprogramação. Então, você multiplica por quatro uma faixa de 6 mega-hertz. É claro que você coloca a televisão em definição padrão num primeiro momento, mas estamos presentes, subimos o primeiro degrau da escada. Essas são as garantias que existem.

Outro ponto que eu gostaria de retratar é a presença das televisões públicas nos testes, Mário. Eu entendo que estão presentes, sim, porque, em tudo que a gente está fazendo, nós estamos abrindo para a participação inclusive da TV pública, que tem lá gente da ENC com certeza. Há engenheiros de lá, não tem nenhum problema. As reuniões são abertas, e a gente vai construindo. Distribuímos, inclusive, o caderno de testes para que critiquem: *“Olha, ANATEL, isso que vocês estão propondo aí não é... Podia ir mais por ali, mais por acolá”*. Mas vamos fazer as modificações para poder atender a todos nesses testes. Então, todos estão participando, sim, dos testes.

Outra coisa que foi colocada aqui é essa dúvida. Vou repetir em relação ao Canal da Cidadania. Quanto a esse aspecto técnico do Canal da Cidadania, acho que a gente deveria ter essa tranquilidade, porque só vejo a não existência do Canal da Cidadania se eu não tiver espaço no espectro que daria a consequência da inviabilidade técnica. É só assim que não terá. Caso contrário, vai ter o Canal da Cidadania. E aí a TV comunitária passa, sim, a deixar de ser uma operadora, uma programadora de um canal fechado na TV a cabo ou nas TVs fechadas, todas elas, porque a Lei nº 12.485, sim, garantiu à TV comunitária o direito de estar presente em qualquer operação, seja ela de satélite ou MMDS, que antes não havia. Se não estão carregando, por favor, façam a denúncia na ANATEL, porque é falta de fiscalização.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA - Ainda que a subida do sinal seja feita em Cuba, não importa; ele tem que carregar. Tem que carregar, porque



aquilo ali é uma obrigação colocada pela ANATEL. Está no regulamento. Se não se está cumprindo, se alguém está se recusando a carregar a TV comunitária, faça a denúncia. Nós vamos fiscalizar.

Outro ponto é o direito da existência. Acho que já falei disso. Está garantido esse direito da existência. A partir do momento em que veio o Canal da Cidadania, ele institucionaliza a operação, a programação do canal fechado, e coloca como TV aberta. E acho que aí, sim, é que está o problema: como discutir a televisão pública no Brasil? Se vai se juntar todo o grupo do campo público, para fazer com que ela se viabilize. Inclusive a Lei do Cabo já permitia a menção a patrocínio e a coisas institucionais. Isso já era permitido na Lei do Cabo. E, quando veio a Lei nº 12.485, já foi uma extensão do que era a obrigação da Lei do Cabo. Mas ainda acho que é limitado. Poderíamos discutir isso mais, discutir televisão mesmo. Aí, nós estamos fugindo um pouco da faixa de 700.

Só para concluir, Deputado, eu queria falar também da questão que o senhor colocou: se temos previsto no edital a existência do operador único. Não, essa não é uma política colocada para a ANATEL implementar. Então, não tem previsão, para a construção do edital, a criação de um operador único. Isso não existe. Não tem uma política nesse sentido. Então, não há essa previsão nossa.

Por fim, quanto à preocupação do nosso visitante, Mr. Pitsch, com relação ao tempo para a gente determinar o que efetivamente é para se licitar, para que os competidores saibam o que vão comprar, eu creio que fui bem claro com relação aos prazos. A gente pretende concluir essa fase de testes até fevereiro do ano que vem, quando será testada a parte de convivência que vai retratar o que há de interferência e o que é que precisa ser manejado, como o senhor mesmo colocou, porque é possível manejar cada um desses problemas que venham a aparecer. Então a gente vai fazer isso até fevereiro e entrega isso para quem está construindo o edital. Daí a gente terá condições de colocar em consulta pública e, posteriormente, fazer a licitação ainda no primeiro semestre do ano que vem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Com a palavra o Sr. Nelson, também para suas considerações finais.



O SR. NELSON BREVE DIAS - Sim. Primeiro, com todo respeito aqui ao Marcelo, não é o mundo todo, não. Eu sei que há uma pressão da OIT por essa padronização, mas, na Europa, eles usaram a faixa de 800 e a faixa de 2,5 nos grandes centros. Na Europa, foi um sistema diferente, embora tenha toda uma pressão. E, mesmo com a pressão em cima do Japão, há um parecer técnico que está recomendando não utilizar, justamente por causa do receio de interferência no sistema. Então, ainda não é o mundo inteiro. Está todo mundo discutindo muito, porque todo mundo tem medo e todo mundo sabe que o avanço tecnológico pode fazer as coisas mudarem tudo de uma hora para outra. A gente entende que existe, digamos, uma diretriz da entidade internacional que faz a regulação para convergir para isso. Mas está todo mundo discutindo ainda essa situação. Não está todo mundo confortável ainda com essa situação.

Quero só esclarecer por que nós nos sentimos desapropriados. O campo público não existia no Brasil. Nós, diferentemente da Europa, e mesmo os Estados Unidos que estabeleceram uma abertura para o campo público na década de 60 — a Europa já o vinha fazendo, desde o pós-guerra ou antes da guerra... (*falha na gravação*), ...estabeleceu um modelo regulador em que o público tinha prioridade, justamente para fazer o que a radiodifusão fazia — até no sonho de Roquette Pinto, a primeira rádio do Brasil, era o Dia do Caro Povo —: levar cultura para o povo, levar informação correta ao povo. Só que a gente teve um desvirtuamento do processo ainda no rádio. E, até quando se permitiu que a própria Rádio Nacional fosse a primeira a ter publicidade comercial, foram desvirtuados totalmente os meios de comunicação, porque se passou a ter o seguinte: até o repórter era Esso; os programas tinham nome de xampu, de produtos de higiene, etc. Todo o modelo de negócio da radiodifusão foi voltado para você ter audiência para vender produtos, vender coisas. Esse modelo depois foi passado para a televisão, e a televisão surgiu no Brasil como privada e não pública. Só teve a primeira televisão pública como TV universitária, que existe até hoje. Então, desvirtuou-se o modelo. Ficou um modelo de negócio que deforma de certa maneira, a meu ver, o grande potencial dos meios de radiodifusão para que a gente possa formar a cidadania, ajudar as pessoas a adquirirem consciência crítica e a reivindicar seus direitos, de forma que a sociedade seja menos assimétrica no acesso ao conhecimento. Isso foi desvirtuado.



A nossa Constituição de 1988 é que recupera a complementaridade do serviço público, estatal e privado de radiodifusão. Por isso é que depois, como ainda tem muita coisa para se regulamentar na nossa Constituição, a regulamentação da parte pública veio com a Lei da EBC. A EBC é criada quando você já está discutindo o padrão de TV Digital, já tem o Decreto nº 5.820. Tudo é posterior a isso. Então, a questão da comunicação pública era que o que se imaginava que o espectro que não existia para nada foi reservado: *“No analógico, não tem mais espaço, porque está tudo lá. É só a TV Cultura que tem aqui, a outra que tem ali”*. Mas você não tem espaço para a comunitária, você não tem espaço para um canal só educativo ou só cultural, como depois foi criado o Decreto nº 5.820.

Então, o que existia era o seguinte: *“Vamos abrir agora, que temos a oportunidade da TV Digital, e dar uma oportunidade para o campo público”*. Quando se reservou aquele espaço, a ideia era, já no início do processo de digitalização da televisão, de o campo público já estar podendo competir com o privado no digital, de forma a disputar audiências, para você não ficar com essas audiências dos meios públicos de comunicação muito irrisórias. Inclusive, a Lei da EBC diz que nós disputamos a audiência com as demais.

É por isso, Marconi, que você fala da compressão e da multiprogramação, mas está todo mundo indo para o HD! Aí, eu vou deixar a minha programação em SD? Eu estou querendo colocar a *TV Brasil* em HD e acho que as outras emissoras do campo público também merecem o HD agora, porque depois, depois que a pessoa se acostuma... Televisão, gente, é hábito. Você se acostuma com determinada forma. Alguns meios têm audiência há muito tempo porque estão acostumados com aquela estética. Se vou demorar 5, 6 anos para chegar ao digital, eu vou perder uma potencial audiência. Esse é um prejuízo que nós estamos tendo no campo público. Eu sei que esse não é problema técnico. É uma questão política, que não foi resolvida a tempo e que agora nós estamos querendo que seja compensada, porque nós estamos sendo desalojados de um espaço que era para todo o campo público. São 10 canais. Portanto, se a gente for pensar em 6 mega-hertz de 10 canais, são 60 mega-hertz. Vamos licitar 18. Nós não vamos encontrar esse espaço de 60 mega-hertz enquanto não for feita toda a migração da convivência do analógico com o digital.



Enquanto isso, o que a gente faz? Esperamos. Agora, se a gente tiver, como contrapartida, a construção — faltam recursos públicos para isso — de uma operadora nacional digital universalizando a comunicação pública no Brasil... O Peter falou de 19 bilhões nos Estados Unidos, salvo engano, que é muito dinheiro. Dá para fazer vários operadores únicos no Brasil inteiro com uma torre só. Ou seja, é destinar recursos e dizer o seguinte: as emissoras públicas estarem sendo desalojadas da faixa dos 700 mega-hertz é um fato que prejudica a comunicação pública no tempo. Nós vamos ter possibilidade de ter canais quando se limpar o espectro dos analógicos, o espectro do 14 ao 52. Enquanto isso não acontecer, nós estaremos perdendo potenciais audiências. Como contrapartida à perda de potenciais audiências, nós teríamos, até junto à implantação do próprio sistema, a implantação de operadores digitais. Às vezes, podem conviver até em torres. Você pode economizar espaços públicos para a construção de torres do 4G e tudo mais.

Desculpe-me. Eu sei que estou falando demais, mas eu não queria deixar de falar aqui mais três coisinhas. Primeiro, os telefones celulares. Peter, havia, na implantação da TV digital, a previsão da mobilidade por causa do nosso sistema. Só que até hoje o Ministério das Comunicações não exigiu dos aparelhos celulares que seja obrigatório eles receberem o sinal da TV gratuita. Sabe por que, Peter? Eu sei que vai ter a possibilidade de você trafegar, receber audiovisual, etc., etc. ali no telefone celular, mas você tem que pagar; na televisão digital, não.

Então, para a população pobre, que tem o aparelhinho de telefone digital, que não pode pagar pelo tráfego no celular porque tem um telefone pré-pago, apenas para receber, muitas vezes, prestadores de serviço, que têm muita dificuldade, têm renda baixa para poder ser um consumidor da banda larga... O MINICOM deve regulamentar os telefones, porque os chamados “xing lings”, que vêm da China ou do Japão, são telefones que entram aqui no Brasil, têm a possibilidade de o telefone celular receber o sinal da TV digital. O MINICOM deveria obrigar todos — aqueles fabricados no Brasil, pelo menos — a terem esse sinal da TV digital, porque a mobilidade na TV digital é um compromisso para poder ter a TV no celular.

Outra coisa de que eu discordo, Marcelo, quando você fala: “*As crianças fazerem pesquisa*”, mas faz com 2G, ninguém precisa do 4G para pesquisa, porque



o 4G é vídeo. É como falou o Gerente da ANATEL na audiência pública, é mais joguinho, para o cara ficar jogando no telefone celular dele. É para isso o 4G, para o cara baixar vídeo, mandar vídeo, para fazer a rede social hoje em dia, a mobilização, como houve em junho agora, com 4G. Vai existir todo dia e em tudo quanto é lugar. Para isso é o 4G, não é para a pesquisa da criança. Até a TV digital já pode fazer. Nós fizemos lá em João Pessoa com a possibilidade de eu enviar conteúdos e por intermédio da TV digital, com a utilização do 2G, a pesquisa a ser feita.

Por último, eu queria dizer aqui que eu não vou falar do secundário, Marconi. Deixa pra lá o secundário, porque o comercial está atendendo. Há um lugar ao sol, mas o público está na chuva ainda. Deixa pra lá.

Só para encerrar e ter uma ideia, que eu acho que é a questão central daquilo que eu falei, é sobre um plano estratégico, que é a Política Nacional de Comunicação. O PPA 2012/2015, da radiodifusão pública e radiodifusão em geral... Estamos num programa temático, chamado Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia. A TELECOM está lá, a banda larga, o PNBL e nós também. Na mensagem do PPA ao Congresso há nove parágrafos para telecomunicações, três para radiodifusão e duas linhas para a comunicação pública. Essa é a nossa estratégia nacional de comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - O nosso último orador é o Mário Jéfferson, a quem concedo a palavra para fazer as suas considerações.

O SR. MÁRIO JÉFFERSON LEITE MELLO - Falar depois do Nelson é difícil, mas vamos lá.

Sobre a questão discutida do 4G, dos encontros de que nós participamos, por exemplo, aventou-se que o melhor para o Brasil não seria o 4G e sim o 4D. Quanto à questão da multiprogramação, que o Nelson já colocou ali, fazer a multiprogramação em SD, enquanto as outras vão estar em HD, mais uma vez, a TV pública vai perder espaço para a TV privada. Depois querem saber por que dá traço. É a cultura. Nós estamos atrasados há mais de 50 anos. Se a gente não der uma solução de continuidade, uma modificação no modo de ver a TV pública, não adianta investir, é dinheiro jogado fora. Tem que haver uma conscientização em relação a isso.



O Marconi falou da questão do canal de cidadania, que o Governo está estendendo o braço pra gente e que nós vamos ter o canal comunitário com sinal aberto.

Retórica, porque, na realidade, o canal de cidadania é outorgado para a Prefeitura. O Prefeito é que tem que pedir o sinal. Se o Prefeito não pedir... Ora, convenhamos, o Prefeito está mais preocupado com a questão da saúde, com a questão do transporte, do meio ambiente, do que colocar um canal de televisão na sua cidade, pelo menos, a maior parte dos Prefeitos conscientes. Ele não quer investir em canal da cidadania; ele quer investir em infraestrutura, em saúde, porque isso é que dá voto. Colocar canal de televisão não vai dar voto pra ele, que não vai conseguir se reeleger nem fazer o sucessor dele.

Se não tiver o canal da cidadania outorgado para a Prefeitura, porque o Ministério não pode outorgar para as entidades sem fins lucrativos, porque teria que abrir e tal, e aí foi a saída encontrada: a outorga vai para a Prefeitura. Se a Prefeitura não pedir, vai para o Estado, e assim sucessivamente. Aí abre-se o aviso de habilitação para dois canais comunitários, e o carregamento é por conta do canal, não é por conta da operadora. A operadora recebe, mas você tem que mandar para ela. É a mesma coisa em relação à Oi, à Sky.

Gilberto faz parte da AB Tech, e sabe muito bem que tentaram carregar pela Oi, pela Sky, mas negaram. Não deixaram, não querem carregar o canal. Eu até oriento para que a AB Tech faça isso, como disse o Marconi, oficialmente para a ANATEL, para que a ANATEL possa tomar as providências.

Eu vi aqui no convite que nos foi feito que a ANATEL, o Ministério espera arrecadar 25 bilhões, pelo menos 25 bilhões, com esse leilão, já descontada a questão de se abrir mão. O representante do Ministério das Comunicações disse que deve sobrar, mais ou menos, essa fatia.

Ora, 25 bilhões! A gente não precisa disso tudo para operador de rede. Pelo menos destine parte desse recurso, para que a gente possa construir com seriedade um sistema público de televisão e que todos possam receber o nosso sinal.

Obrigado a todos.

O SR. NELSON BREVE DIAS - Só mais um ponto. Eu queria fazer um elogio também à ANATEL pela forma como está conduzindo tecnicamente esse processo.



Eu acho que, sabemos das dificuldades, temos noção que a questão não é puramente técnica. Tem que se encontrar a melhor forma técnica para resolver uma questão que é política.

Então, a gente tem noção disso. Eu queria fazer aqui, de público, esse elogio à forma como a ANATEL está conduzindo. Ela recebeu um mandato do Ministério e está conduzindo de acordo com aquilo que foi recebido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Concluído os trabalhos, eu quero agradecer aos Srs. Parlamentares, aos profissionais da imprensa, ao corpo de assessores que possibilitou esta audiência pública, ao público em geral e, em especial, ao Sr. Peter e aos demais palestrantes pelas valiosas contribuições trazidas ao debate tão relevantes para o Brasil.

Declaro, então, encerrada esta audiência pública. (*Palmas.*)